

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSPCLASS. : 1250DATA : 13 01 90PG. : capa

Garimpo inicia saída da área dos ianomami

Começou a saída de garimpeiros da reserva indígena ianomami, em Roraima. É o resultado do corte de suprimentos —combustível e peças de reposição— promovido pela Polícia Federal, que controla os principais aeroportos da região de Boa Vista. O clima é de tensão. O ministro Saulo Ramos (Justiça) disse que o procurador Eugênio Aragão, que pediu a prisão em flagrante do delegado-geral da PF, Romeu Tuma, “é um homem xiita e extremado”. PÁG. A-5

Faroeste

Garimpeiros começam a sair da reserva ianomami

'Empresa' tira 2 kg de ouro por mês

Do enviado especial a Roraima

Depois de passar 23 anos perambulando por diversos garimpos de Roraima, o maranhense João Alves Barbosa chegou aos 50 anos com uma posição invejável entre seus colegas: possui três grupos de motores para a extração de ouro.

Num mês de pouca chuva e bastante trabalho, ele pode retirar um quilo de ouro por máquina. Fica com 70% e distribui o restante entre os 20 funcionários que tem para operar o equipamento. Os negócios vão bem, como demonstra uma massa irregular de sete gramas de ouro que traz ao peito, segura por duas correntes que somam 23 gramas.

Se cada máquina de João Barbosa conseguir um quilo de ouro, seu faturamento bruto, menos a comissão dos garimpeiros, chegará a dois quilos. Os custos podem "comer" 50% desse faturamento. Resta um quilo de ouro, que vale hoje cerca de NCz\$ 408 mil. Seria muito. Mas tem que pagar 15 gramas por cada voo e se os mantimentos custam caro na cidade, custam uma fortuna no garimpo. Uma cerveja custa 0,25 grama, ou NCz\$ 100.

Barbosa não tem medo de carregar 30 gramas no pescoço quando está na área da pista. Só retira seu adorno quando vai para a selva ou para a cidade. Ele fala em "muitas mortes" recentes no Alto Mucajai. Algumas são "justiça": a única pena para quem rouba no garimpo é a morte. Em outros casos, mata-se para roubar.



Detritos do garimpo poluem o rio Mucajai, que os garimpeiros começam a abandonar devido à pressão da PF

OLYMPIO BARBANTI JR.
Enviado especial a Roraima



Começou a saída de garimpeiros da reserva indígena ianomami, em Roraima. É o resultado do corte de suprimentos —combustível e peças de reposição— promovido pela Polícia Federal, que controla os principais aeroportos da região de Boa Vista, a capital do Território. No garimpo do Alto Mucajai (350 km a oeste de Boa Vista), dezenas de garimpeiros estão com suas máquinas paradas devido à falta de óleo diesel. Os motores estão sendo retirados da selva e levados para a pista de pouso de Jeremias.

Poucas pessoas já deixaram o garimpo, mas aumenta a cada dia o número dos que se preparam para abandonar a área. O clima é de tensão. Foi necessário o dono da pista estar presente para que a equipe de reportagem pudesse chegar sem risco de ser agredida. Os garimpeiros dizem que vão perder muito dinheiro e procuram informações sobre aonde poderão ir.

Os cerca de 5 mil homens que buscam ouro nessa área, às margens do rio Mucajai, não entendem por que devem abandonar o garimpo. Afirmam que estão lá desde antes de o governo ter declarado a área como reserva indígena. Não há consenso no governo sobre qual é a extensão da área ianomami. Mas qualquer que seja ela, esse garimpo está dentro. Esses homens estão revoltados com o governo.

"É muita humilhação"; "Só

vou sair no chicote"; "O governo quer ver a miséria de todo mundo", são reclamações que se ouvem. Esses garimpeiros se defendem como trabalhadores e acreditam que fazem bem aos ianomami. "Eles sempre vêm pegar comida aqui", diz a cozinheira da única cantina local. A comida "civilizada", afirmam os médicos da Funai, acaba por deixar os índios subnutridos, quando não provoca infecções intestinais que muitas vezes os levam à morte.

O proprietário da pista do Jeremias, Lauro Teixeira Jr., pretende levar seus "gerentes" do garimpo e aqueles que possuem motores-bomba necessários à garimpagem para outra área, no Pará. "Quem quiser, vai comigo", diz ele. Lauro ficou ontem na selva, junto com os garimpeiros, para lhes dar a notícia oficial de que devem deixar a área e tentar organizar a retirada. Cerca de 5 mil homens trabalham ali, ganhando em média 7,5% do ouro que retiram. Uma máquina-bomba retira cerca de um quilo de ouro por mês. O grama de ouro estava cotado ontem a NCz\$ 408,50 na Bolsa Mercantil e de Futuros de São Paulo.

A retirada de garimpeiros e equipamentos tem um preço alto. Cada pessoa paga 15 gramas de ouro (NCz\$ 6.127,50) para viajar até Boa Vista num monomotor sem bancos. A retirada de equipamentos custa 70 gramas (NCz\$ 28.595) por cada mil quilos. Se a carga estiver na selva, e não à margem da pista, será necessário contratar helicóptero. Há um no local, que cobra três gramas de ouro (NCz\$ 1.225,50) por minuto de voo.

O jornalista OLYMPIO BARBANTI JR. viajou sob o patrocínio da Varig.

Saulo chama procurador de 'xiita' e o convida para negociar

Da Sucursal de Belo Horizonte

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, disse ontem em Belo Horizonte que o procurador Eugênio Aragão, que pediu a prisão em flagrante do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, "é um homem xiita e extremado", que gosta de brigas e de notícia. Segundo ele, "brigar com Tuma dá notícia". Saulo Ramos convidou também o procurador, se ele quiser, a "assumir o comando da operação" de retirada dos garimpeiros da reserva ianomami.

Disse também que Aragão é "descontrolado" e que, talvez por excesso de zelo ou desinformação, o procurador tomou a atitude contra Tuma. Saulo não

poupou elogios à atuação do diretor da Polícia Federal e garantiu que "não está havendo omissão da PF neste caso. "Estamos com 300 homens em Roraima, que estão fazendo falta aqui no Sul para prender sequestradores e ladrões de banco".

O ministro negou que exista um acordo entre o governo federal e garimpeiros. "O que existe é um compromisso de que a retirada será pacífica", disse, acrescentando que para o governador de Roraima é bom que o garimpo permaneça na área porque a "riqueza do Estado fica maior".

Como solução para o problema dos garimpeiros —"que são os verdadeiros trabalhadores escravos"— Saulo propôs a criação de um sistema de cooperativa de

trabalho, conforme prevê o artigo 174 da Constituição. Ele acredita que as leis que regem estas cooperativas poderão ser reguladas pelo DNP, Funai e Ibama.

Para o ministro, a demarcação de áreas para a exploração do garimpo legalizado em florestas nacionais em Roraima "pode até não ser a melhor solução, mas isso quem dirá e terá tempo para julgar é a sociedade". "Urgente é retirar os garimpeiros das reservas indígenas", disse.

O ministro afirmou que a área de Paapui, onde estavam 12 mil garimpeiros, já está inteiramente limpa, com todas as pistas de pouso clandestinas fechadas. "Os índios ficarão com 2,4 milhões de hectares e isso é mais do que bom", disse o ministro.

Procurador diz não querer "bate-boca"

Da Sucursal de Brasília

O procurador da República, Eugênio Aragão, não quis comentar as declarações do ministro da Justiça, Saulo Ramos, que o chamou de "xiita". "Não vou responder", disse Aragão. "Não estou querendo que esse caso se transforme em bate-boca, que não levaria a lugar nenhum".

Aragão afirma que respeita a opinião do ministro da Justiça, mas que não concorda com ela. "O ministro tem sua posição, que eu respeito, e eu tenho a minha", disse. "Nessa questão, estamos em lados diferentes".

Acordo foi feito por ministro

Do enviado especial a Roraima

O acordo para retirada dos garimpeiros não foi feita pelo delegado Romeu Tuma, mas sim pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, com aprovação da Saden. A afirmação é dos líderes garimpeiros que participaram da reunião onde se fechou o acordo —José Altino Machado, presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal, e "Botinha", presidente da Associação dos Aeronautas de Roraima.

Segundo os garimpeiros, Romeu Tuma teria dito no início da reunião que "polícia não faz acordo, polícia cumpre ordens". Por isso, o diretor da PF teria feito diversas ligações para o Ministério da Justiça ao longo da

reunião, que durou cerca de nove horas, no palácio do governo de Roraima. O acordo levou o nome de "termo de compromisso", embora seu parágrafo de abertura diga que o documento "passa a ter valor para todos os efeitos legais". Tuma não assinou o acordo. Quem assinou pela Polícia Federal foi o delegado Amaury Aparecido Galdino, diretor da divisão de Ordem Política e Social da PF.

"Botinha" afirmou que ao aceitar a proposta de retirada do garimpo, formulada pelos garimpeiros, Saulo Ramos aceitou que a área reservada aos índios é de pouco mais de 2 milhões de hectares, divididos em 19 "ilhas", e não de 9,4 milhões de hectares de área contínua, conforme entende a Justiça.

Empresários de Boa Vista pedem a Tuma segurança para cidade

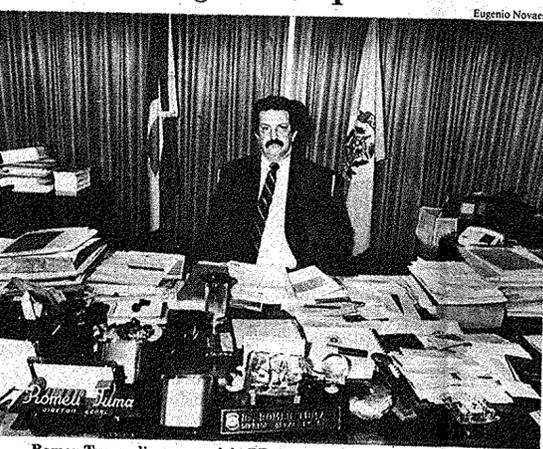
Da Sucursal de Brasília

O delegado Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, disse ter recebido ontem um telex "em tom desesperado" da Associação Comercial de Boa Vista (capital de Roraima), pedindo segurança para a cidade. Segundo ele, a Associação reivindica o envio de tropas do Exército e da Polícia Federal para Boa Vista, afirmando que os garimpeiros estão revoltados com a falta de perspectiva de retorno ao trabalho. O telex é a primeira reação dos empresários de Roraima à declaração de Tuma de que o governo não fez "acordo de assentamento" com garimpeiros retirados de áreas ianomami.

O diretor-geral da PF disse que a segurança em Boa Vista é

responsabilidade do governador do Território, Romero Jucá Filho. Tuma não acredita que haverá reação dos garimpeiros à retirada "sem garantia de assentamento". Segundo ele, os garimpeiros continuam na "expectativa" de solução pacífica. Tuma afirmou que o governo vai "batalhar" para que possa "tornar realidade os compromissos" com os garimpeiros, "sem desrespeito à Constituição".

Tuma afirmou que na segunda-feira vai à Justiça Federal "pessoalmente" apresentar suas "explicações" sobre a operação de retirada. Na última quarta-feira, o procurador da República Eugênio Aragão pediu a prisão em flagrante de Tuma por "desrespeito à ordem judicial".



Romeu Tuma, diretor-geral da PF, fala à imprensa em seu escritório

Demarcação de terras pode levar 125 anos

RICARDO JÚLIO

Da Sucursal de Brasília

No ano passado o governo federal demarcou apenas quatro áreas indígenas, que totalizam 536.217 hectares de superfície e 603 km de perímetro. Neste ritmo, a situação fundiária dos índios no Brasil só será regularizada em 125 anos. Das 550 áreas indígenas existentes no país, apenas 50 estão regularizadas.

Outras 45 ainda não foram localizadas (estima-se), 94 estão sendo identificadas, 150 estão em processo de demarcação, 203 dependem de regularização e oito áreas precisam de correção de limites.

Essa lentidão se deve principalmente à burocracia do processo administrativo exigido pelo

decreto 94.945/87 para a demarcação das áreas. Antes de ser aprovada a demarcação, uma área indígena tem que passar por quatro etapas técnicas diferentes de identificação e receber o endosso de três instâncias do Executivo federal.

Além disso, a área tem que ser aprovada pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado por representantes da Fundação Nacional do Índio, do Ministério do Interior, do governo do Estado envolvido, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), em caso de área fronteira.

No último ano, este grupo se reuniu apenas cinco vezes, apesar

de ser obrigado, pelo decreto que o criou, a reunir-se pelo menos uma vez por mês. Um dos participantes do grupo, que pediu para não ser identificado, disse que o trabalho do GTI foi desaccelerado por "orientação" da Saden. Segundo ele, o governo federal queria evitar o surgimento de "questões polêmicas" em um ano eleitoral.

A Saden tem opinado em todas as reuniões do GTI, apesar da participação do órgão ser requisitada somente para áreas fronteiriças. A Saden é um órgão subordinado diretamente à Presidência da República. Ela substituiu o Conselho de Segurança Nacional, extinto após a promulgação da nova Constituição em 1988.

Liminar interdita estrada em reserva

Da Sucursal de Brasília

A juíza da 49 Vara Federal, Selene Maria de Almeida, concedeu uma liminar interditando a estrada construída pela "Timbó — Indústria de Mineração S/A" (subsidiária da estatal Paranapanema) na reserva indígena waimitri-atroari (AM). Almeida determinou ainda que a empresa interrompa "imediatamente" a utilização da estrada de 38 km, sob a pena de multa diária de mil BTN (NCz\$ 10.951,80) e prisão dos infratores. A medida foi deferida antecorrem.

QUAL O INVESTIMENTO DOS ANOS 90

Resposta no primeiro stand interativo de São Paulo: Alameda Lorena, 527.



Ou informe-se pelo fone: 852-7011 na Lopes Consultoria de Imóveis.



A FALTA DE ÁLCOOL TEM SOLUÇÃO



GRANDES PROBLEMAS SÃO RESOLVIDOS COM IDEIAS CRIATIVAS.